

AS MULHERES SEM TERRA NA LUTA DO OITO DE MARÇO PELO ESPAÇO E TERRITÓRIO

Rosmeri Witcel

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Mestrado Acadêmico

rosmerienff@gmail.com

Vamos partir do entendimento de que o ser humano é um ser natural, como Marx já nos ajudou nessa compreensão. O ser humano é parte constitutiva da natureza. Portanto, somos parte da natureza e dependemos dela. Como um aparato biológico, do ponto de vista orgânico, somos natureza. Neste sentido, podemos até pensar a natureza sem o ser humano, mas não podemos pensar o humano sem a natureza. No entanto, este ser é dotado de alguns atributos que os diferenciam dos outros seres vivos da natureza como: a linguagem; a consciência; as ideias e a capacidade de projetar o que queremos construir; a noção de universalidade porque somos capazes de pensar o universo e a noção de liberdade. Estes atributos é que nos distinguem como seres humanos, e estes só existem na relação com a natureza. Assim, chega-se ao entendimento que somos natureza transformada através da socialização.

Ao nos referirmos à linguagem, por exemplo, entendido como um dos atributos que nos separa da natureza, estamos falando que ela não é algo natural. Aprendemos a nos comunicar. A linguagem representa nosso conhecimento, nosso pensamento. Por isso, ela está intimamente relacionada à consciência. Mas, para transformar a natureza e se transformar, é preciso ir mais além da linguagem e consciência e, a única atividade humana que permite a transformação da natureza, que só os seres humanos realizam, é o trabalho. Aliás, a linguagem é produto do trabalho, da ação humana sobre a natureza. Estes criam e são criados pelo trabalho. São humanizados por ele. Por isso, ele é fundante do ser social, e, portanto, é o fundamento da humanidade.

Os seres humanos são impactados pela transformação que ele próprio exerce sobre a natureza, pois ele não é exterior a essa natureza, mas parte constituinte dela. Ao mesmo tempo que se distingue dela, pois é natureza transformada pelo trabalho, ele também é natureza. Partimos deste pressuposto para interpretar e entender as determinações do que é ser homem e ser mulher na sociedade dividida em classes. Para qualificarmos esta compreensão vamos usar a lente da teoria historicamente elaborada sobre feminismo. Uma leitura sobre o conjunto das determinações históricas, com um olhar crítico e aprofundando a perspectiva de análise sobre a construção histórica destas relações marcadas pela assimetria.

Metolologicamente, buscaremos fazer a interlocução diretamente com as sujeitas da prática cotidiana que fazem a luta feminista, de gênero e classe desde uma organização

social composta de homens e mulheres camponesas, ou com raízes camponesas. Esta inferência só será possível em diálogo com a literatura sobre o assunto pretendido na pesquisa e a observação na luta social realizada pelas mulheres Sem Terra. Sobretudo por fazerem parte de um movimento social que faz o enfrentamento direto ao projeto de sociedade vigente e a propriedade privada, exercendo assim o embate de classe na disputa pelo espaço e o território. Entendendo que estes estão em constante disputa na luta de classes e, com isso, produzindo os diferentes espaços. Assim nos ajuda Fernandes (2005):

O espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformada continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: político, culturais, econômicos e ciberespaços. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política, e a economia. As pessoas produzem espaços e ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade. (FERNANDES, 2005, p. 2)

A luta do oito de março a partir de 2006, realizada pelas mulheres dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul, está inserida na perspectiva da multidimensionalidade e evidencia a luta feminista das mulheres Sem Terra, em defesa de um projeto de agricultura e em defesa do território. Também, na construção de um espaço e sua espacialidade em uma relação social, que produz o espaço, que produz o sujeito com uma intencionalidade. Assim, compreendemos que a luta é mais ampla, que não se restringe somente em conquistar a terra, mas, nesta conquista atuar para a transformação das relações humano x humano e destes com a natureza.

Esta luta das mulheres camponesas faz o questionamento sobre a utilização das terras brasileiras a serviço do agronegócio que se utiliza de grandes extensões de terras e vem produzindo o deserto verde. Este que é representado especialmente pela presença das grandes empresas transnacionais construindo territórios sem a presença de moradores, de comunidades, de biodiversidade e com fortes relações dos poderes políticos, econômicos e culturais. Campos (2011) assim se refere:

Nessa perspectiva, compreendemos o agronegócio como uma complexa articulação de capitais, direta e indiretamente revinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal, sob a hegemonia de grupos multinacionais, e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um locus privilegiado de acumulação capitalista, intensificando múltiplas desigualdades socioespaciais. Os conglomerados do agronegócio, em geral, não têm vínculos com os lugares onde ocorrem as produções, cujos preços e custos são regidos por um mercado internacional. Assim, a oferta e a procura de alimentos no mercado interno, bem como as condições de produção locais têm pouca influência nas cotações das commodities. E, como ocorre em toda produção em que predomina a forma capitalista, as

decisões de o que, como, quanto e para quem produzir, não levam em conta as necessidades da população e dependem da taxa de lucro que proporcionam. De modo que, paralelamente ao crescimento das safras agrícolas, tem-se a manutenção e até o aumento da insegurança alimentar no Brasil. (CAMPOS, 2011, p. 22)

Desse modo, a nosso ver, o deserto verde não afeta somente o aspecto ambiental, mas sobretudo o social. Visto que consideramos o ser humano parte da natureza, sendo ela transformada e produtora de relações sociais de produção e, entendendo que são os meios de produção capitalistas que produzem a sociedade capitalista. Portanto, qualquer intervenção nessa natureza afeta e interfere nas relações sociais, chegando em alguns casos ser determinantes, interferindo no habitat, no ciclo da biodiversidade, no ciclo das águas, e assim afetando populações inteiras, seja ela para sua existência ou inexistência.

A intervenção humana no caso do eucalipto em forma de monocultura, traz consequências desastrosas para a sociedade de maneira geral, provocando muitas inexistências. Ao retirar as pessoas do contato com a natureza e com seu trabalho, as relações estão ameaçadas. E, se entendemos o espaço geográfico com todas estas relações sociais, podemos dizer que o espaço do deserto verde está ameaçando a vida social no espaço geográfico em seu caráter de “*composicionalidade*”.

Nossa compreensão é de que a luta das mulheres no horto florestal da Aracruz celulose e as ações feitas pelas mulheres camponesas no dia internacional das mulheres, tem sido um revelador das contradições existentes nestes espaços e territórios. Mostrando sobretudo que ali existem relações de poder, que ameaçam a cultura, a economia e o social das comunidades, que por conta deste “*modelo*” são expulsas de seus espaços, de suas terras e territórios, para a construção da monocultura do eucalipto. As intencionalidades dos dois grupos estão claramente em contraposição. Compreendendo intencionalidades como descreve Fernandes (2005):

A intencionalidade é um modo de compreensão de um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utilizar para poder se realizar, ou seja, materializar no espaço.(FERNANDES, 2005, p. 3)

No caso, estamos falando de classes sociais antagônicas. A leitura socioespacial realizada pelas mulheres é de que a terra deve servir para produção de alimentos saudáveis e que a monocultura do eucalipto vai contra esses princípios. Nesse sentido entendemos que o espaço geográfico invadido pela monocultura do eucalipto criando o deserto verde, transforma aquele território que está em movimento num espaço ameaçado.

Vimos refletindo no trabalho, de que as relações sociais não são naturais, elas são construídas. Portanto, elas podem ser destruídas e transformadas, entendendo numa perspectiva histórica e em movimento. Ao discutirmos os territórios e a apropriação do

capital, faz-se necessário pensar o espaço geográfico com seus componentes sociais, observando as relações de poder existentes entre o feminino e masculino e como esta relação desigual serve a um sistema explorador e opressor.

Sabemos que historicamente as mulheres resistiram a condição de dominação. É por esta resistência que hoje minimamente se pode votar e temos a possibilidade de estar aqui escrevendo este trabalho Também por esta resistência e luta, hoje é possível ser titular nos lotes de assentamentos entre outras conquistas. Mas, também é sabido pelas mulheres da classe trabalhadora e, aqui estamos nos referindo as mulheres camponesas, que estas são conquistas de uma democracia representativa que não resolve o problema da opressão e do machismo.

O que as mulheres que ousaram enfrentar o poder do grande capital materializado nas transnacionais estão afirmando, é que é necessário uma mudança estrutural. Que é também necessário um feminismo que não se reduza a um estilo de vida e que a luta feminista não é o ponto de chegada e sim o de partida na luta por transformações mais profundas.

Nas lutas do oito de março, elas têm pautado e questionado a propriedade privada e a divisão sexual do trabalho e o patriarcado. Elas mostram que a luta de classes é o motor dessa superação. As mulheres questionam e pautam a produção e reprodução da vida e as formas que se relacionam para produzi-las. Elas produzem o conflito numa perspectiva de classe. Estas mulheres identificam os pontos em comum que existem entre o grande capital neste mundo globalizado: Apropriação dos bens naturais; padronização da agricultura com atuação contundente das transnacionais e com ações do estado burguês.

Por isso, a luta das mulheres produz espaços e por eles são produzidos. Neste sentido Fernandes (2005) descreve:

Os processos geográficos são também processos sociais. As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagem. Ao produzirem seu espaço e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesse movimento as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais. (FERNANDES, 2005, p. 4)

Estas ações das mulheres, como viemos trabalhando, são possíveis pela ação social organizada. São mulheres que sentem no seu dia a dia a ação devastadora da monocultura e do modelo do agronegócio em suas vidas. Por estarem organizadas e trocarem suas experiências, perceberam que são muitas e assim entenderem a força que

tem. Ao ser perguntada sobre o que a luta do oito de março tem contribuído para as mulheres Sem Terra, LU- 2018, nos afirma:

A construção do oito de março mostra para as mulheres em geral e para as camponesas, esse poder das mulheres realizar ações que coloca em cheque o patriarcado. Nos é ensinado cotidianamente que a gente só pode fazer enfrentamento se estiver com os homens, por que a parte mais difícil é feita pelos homens. E o oito de março nos mostra que somos capaz de fazer qualquer coisa. Mas que essa qualquer coisa é principalmente a nossa luta contra o patriarcado e contra o capitalismo, e que as mulheres conseguem efetivamente assumir para si essa pauta de enfrentamento, de resistência e de um passo a frente.

Essas “*loucas, mal-amadas*” como foram chamadas pela imprensa burguesa RBS na ação de 2006, são as mesmas que sentem no dia a dia a exploração que é transformada em opressão, são as mesmas que são violentadas pela ação do agronegócio, pelas palavras machistas e preconceituosas, são as mesmas que são consideradas seres inferiores e por isso podem ser tratadas com desprezo, são as mesmas que geram a vida e garantem com seus corpos a produção e reprodução. Campos (2011):

Longe de ser apenas um sentimento, a desigualdade nas relações de gênero é uma realidade que se materializa na vida das mulheres, dentre outras formas, através da reduzida participação política, do menor controle sobre bens materiais, na menor remuneração do seu trabalho em todas as partes do mundo, nas diversas formas de violência que marcam o cotidiano de milhares de mulheres em todos os países. E um dos grandes obstáculos para romper essa situação é o fato de que ao longo da história a desigualdade de gênero adquiriu status de “natural”, por isso se manteve mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, que revolucionou tão profundamente a estrutura e a superestrutura das formações sociais anteriores. (CAMPOS, 2011,p. 29)

A luta das mulheres camponesas tem mostrado para a sociedade que o problema está na propriedade privada da terra e dos meios de produção com suas múltiplas determinações. Além disso, esta estrutura social não serve as mulheres e homens da classe trabalhadora. Mas também, evidencia que o patriarcado tem servido na manutenção dessa relação desigual.

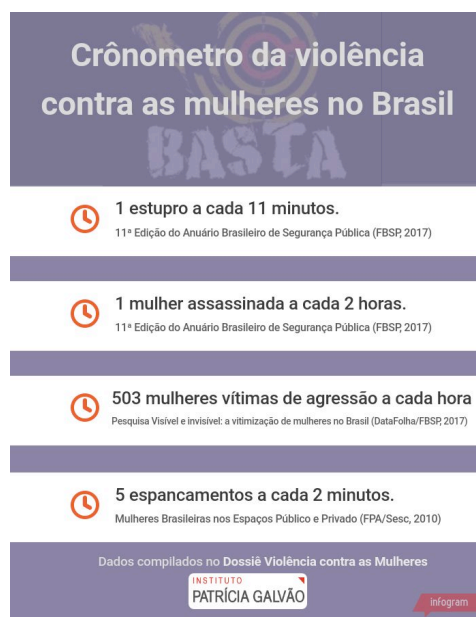
A RELAÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA COM O TEMA:

O tema central trata da ação realizada pelo movimento oito de março das mulheres camponesas e como esta luta tem sido um espaço de socialização feminista, traçando estratégias de ocupação dos espaços geográficos, e suas multiescalaridades. Com essa luta, elas se apresentam para a sociedade e a seus próprios movimentos, como sujeitas. Mostrando o Feminismo Camponês e Popular, contra o sistema, saindo da

unidimensionalidade de ser o ponto de chegada, mas sim o ponto de partida. Sem perder a totalidade da luta antissistêmica.

Considerando que o território sempre está vinculado a ideia de poder, entendemos a luta das mulheres inserida na disputa pelo território. A luta do oitavo de março que estamos refletindo neste trabalho vem enfrentando diretamente a luta contra o capital atuante na agricultura e na disputa pela terra. Ademais, esta luta é uma demonstração de que esta realidade precisa mudar e que só será possível com organização e ação diretamente vinculada à luta por direitos estruturais, sociais e políticos, quebrando assim um padrão preestabelecido do que é ser mulher e ser homem na sociedade vigente. E para fundamentar nossa análise, buscaremos pensadoras e pensadores que nos ajudarão a entender do ponto de vista da abstração conceitual, em diálogo com a atuação das mulheres Sem Terra.

Se as mulheres que fazem a luta pela terra também fazem a luta pela emancipação humana, podemos assim supor que a libertação econômica somente não basta. Pois, se assim fosse, as mulheres que tem seu trabalho remunerado, com seus salários que garantam sua sustentação e por vezes até mesmo de sua família, não sofreriam discriminações e variados tipos de violência. Contudo, os dados oficiais nos revelam que a violência de gênero tem aumentado no último período como apresentado no dossiê da violência contra as mulheres realizado pelo INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO (2018), conforme pode ser observado no Quadro 1, em que a cada 11 minutos acontece um estupro, a cada duas horas uma mulher é assassinada, que 503 mulheres são vítimas de agressões a cada hora, e acontece 5 espancamentos a cada dois minutos.



Fonte: Instituto Patrícia Galvão, 2018.

Portanto, pesquisar e escrever sobre a opressão das mulheres, as lutas históricas das mulheres e as relações estabelecidas entre homens e mulheres, tem relevância, sobretudo, quando as relacionamos aos dilemas gerais da sociedade dividida em classes, de modo a revelar como a forma de organização desta sociedade se relaciona com as diferentes formas de dominação e violências, em específico a dominação sobre a mulher.

Na luta do movimento Sem Terra, usa-se muito a cantoria, a poesia e os gritos de ordem criados pelos seus integrantes. Para explicitar a necessidade da luta das mulheres e a participação igualitária entre homens e mulheres tem uma em especial que vale registrar: "*Sem Feminismo não há socialismo!*". Uma bandeira que precisa ser entendida no seu conjunto, tanto pelos homens como pelas mulheres. Esta afirmação, nos faz supor que está posto no seio da organização o debate sobre a participação igualitária de mulheres e homens, e que este deva ser encabeçado pelas próprias mulheres. Acreditamos assim, que seja uma luta das mulheres na construção de uma consciência coletiva do conjunto da organização, na tentativa de superação das contradições neste campo dentro do próprio movimento, mesmo por que, estas estiveram sempre presentes na luta pela terra. Deixando claro que uma sociedade emancipada, socialista, só será possível quando estas desigualdades forem superadas.

Parece-nos inconcebível a luta pela terra sem a participação efetiva das mulheres. Portanto, queremos com este trabalho trazer as vozes no feminino da luta e evidenciar a história das mulheres dentro de um processo de luta e resistência.

Pesquisar, escrever sobre este tema, em especial falar das mulheres Sem Terra, é um desafio que me inquieta já algum tempo, buscando entender como estas mulheres enfrentam o debate do feminismo e de gênero dentro de sua própria organização social. Para tal, nos colocamos algumas questões: o que leva estas mulheres camponesas a serem feministas e de qual feminismo elas estão falando e defendendo?

Parece-nos que este é um tema que para encarar e discutir, é necessário enfrentar comportamentos do dia a dia e que são historicamente construídos de maneira machista e patriarcal. Estamos falando de comportamentos históricos do como se aprende a ser homem e a ser mulher. Por isso, o tema suscita um problema a ser investigado, o que nos ajudaria a compreender as determinações desta sociedade dividida em classes. Analisar a luta das mulheres com olhar sobre o feminismo no oitavo de Março, ganha maior sentido se o olhar estiver inserido na luta de classes. Tendo em vista que a história destas mulheres acontece dentro de uma organização social que faz a luta de enfrentamento ao latifúndio e ao projeto de agricultura implementado no Brasil.

Estas aspirações dos diferentes grupos sociais, que dependem das condições de vida de cada um, no caso a que chamamos de "classes sociais", é que vamos buscar

entender. Com este olhar é que vamos buscar entender o Feminismo no MST. Partindo do ponto de vista dos trabalhadores, em especial de uma parcela por vezes esquecida, que são as mulheres Sem Terra. Buscamos abordar o tema do Feminismo e da luta de classes como um processo histórico, em que os interesses opostos se cruzam e se reconhecem, acontecendo assim o confronto, acontecendo assim a luta de interesses. Ambos os grupos com consciência de qual lugar ocupam na sociedade.

As classes sociais aqui referidas não apenas enquanto um conceito de análise, mas em sua concretude, objetivamente como elemento histórico, tomando as mais variadas formas, de acordo com o período histórico vivenciado. Talvez seja por isso que as mulheres trabalham a categoria gênero como histórico e não separadamente da classe social a que pertencem. A posição econômica dos determinados grupos sociais pode ser importante, no entanto não são determinantes, são insuficientes para sua definição. Gurvitch (1982):

As classes sociais são igualmente caracterizadas pelo fato de constituírem grupos permanentes, isto é, pertencem à categoria de agrupamentos mais estáveis no ponto de vista de sua duração; sob este ângulo, distinguem-se não só dos agrupamentos temporários, mas também dos agrupamentos duradouros, cuja dissolução é prevista sob certas condições. (GURVITCH, 1982, p.191)

Nesta definição de classes, de identificação das classes, deve-se levar em conta "o conjunto das práticas sociais". Portanto levando em conta também seu papel da "divisão social do trabalho". Nas relações sociais de produção é que se define também o econômico, que por sua vez é um elemento importante e fundamental na constituição da classe. Sendo assim, o determinante para a definição de classe é "em suma, na unidade, produção, consumo e repartição". Pretendemos também entender estes elementos citados acima como parte do movimento dos trabalhadores, construídos pelos mesmos e pensados para eles.

A referente inquietação e que nos leva a pesquisar sobre, também se trata de como então é possível estabelecer uma nova cultura que possa respirar a perspectiva de novas relações junto a luta material e que possa fazer assim refletir uma postura diante a vida, aquele que faz os nexos com a vida, aquela que seja emancipatória. Relações, com novas expressões humanas, que toma contornos sociais e políticos; esta que, de maneira geral, não é somente reprodução imediata do real, de comportamentos ditados pela sociedade, mas que seja baseada no respeito mútuo, na dignidade numa concepção de mundo que seja libertadora.

As mulheres que fazem a luta econômica e política em defesa do território descobrem um impulsionador do ser mulher. Pois é na luta que elas descobrem a força coletiva, como bem nos afirma a Sem Terra Bethi, 2018:

Quando cheguei no movimento, com as formações que o movimento faz no acampamento cotidiano, a gente se viu como classe trabalhadora e depois no recorte como mulher. O que me impulsiona a lutar no oito de março, e muitas vezes é uma luta contra, algum tipo de violência, seja ela física, verbal ou institucional. Lutar contra tudo isso e você se ver enquanto sujeito coletivo. Quando eu era criança, adolescente e depois jovem, era eu achando que era eu sozinha. Quando você entra na organização, você começa a ter espaços mais coletivos. Aquilo que eu achava lá quando criança, adolescente e depois quando jovem, hoje beirando os trinta, é que você vê que a mesma questão sua é a mesma de outras companheiras e que isso é um efeito dominó, é pertencente a um sistema. O que me impulsiona a lutar no oito de março é me entender enquanto mulher, enquanto sujeito coletivo, você me de força, e eu, dou força a outras mulheres, criando uma rede. Nós conseguimos coletivamente enxergar nossas fraquezas, mas também enxergar o que podemos proporcionar. Hoje eu e minha mãe com 56 anos a gente consegue dizer o que é feminismo. Porque o Movimento Sem Terra tem essa dimensão da formação coletiva, mas considerando as experiências individuais. Antes da organização eu conseguia ter reflexões para algumas coisas mas não conseguia ter a força como sujeito, e nem também a base teórica referente a isso.

É no enfrentamento que se colocam diante ao poder do capital. É nas ações coletivas que elas percebem a necessidade de um novo modelo de agricultura e se fortalecem dentro de uma construção do ser mulher inserida na luta. Na compreensão de Longo (2012).

El fortalecimiento de las mujeres que participan em los movimientos sociales es uno de los indicadores positivos que se vislumbran claramente em el estudio. El pasaje de estar “solas”, a formar parte de un colectivo es percibido por las mujeres y asumido como un elemento vital para sobrellevar los problemas que surgen em la vida cotidiana.(LONGO, 2012, p. 143)

Na nossa interpretação da realidade, percebemos que são as mulheres que mais se preocupam com a natureza e com as pessoas – crianças, idosas ou adultas ao longo de toda a sua vida. No entanto, o mercado apresenta falsas soluções para que possam suportar a sobrecarga de jornadas extenuantes de trabalho, oferecendo a elas estimulantes e remédios para aliviar as dores físicas e infinitos produtos químicos da indústria de beleza.

Ao realizarem a luta de enfrentamento ao projeto de dominação, elas estão dizendo não a essas falsas soluções. Estão defendendo o reconhecimento da interdependência entre as pessoas e a natureza, bem como o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados, que são essenciais para a sustentabilidade da vida. As mulheres da luta feminista têm mostrado a necessidade de construir novas relações de gênero.

A construção do Feminismo Camponês e Popular é resultado de um acúmulo político em construir uma articulação das mulheres dentro do movimento continental e internacional, fortalecendo assim a luta e as organizações, numa perspectiva da construção

de alianças para outro projeto de sociedade e de campo, que se contrapõe radicalmente ao modelo capitalista, patriarcal. Por isso, esse é um debate que vai além das mulheres Sem Terra do Brasil, é um Feminismo construído com a Coordenadoria Latino americana de Organizações Camponesas - CLOC – Via Camponesa, que busca respeitar os povos latino-americano e suas culturas.

A decisão de construção desse Feminismo foi tomada na IV Assembleia Latino-Americana das Mulheres do Campo em 2010, em Quito Equador, em que foi aprofundado a análise sobre a perspectiva Feminista no interior do Movimento Camponês ao afirmar que, Sem Feminismo, não há Socialismo! Um Feminismo que considere a luta e a causa dos povos originários e sobretudo respeite sua relação com a terra e a natureza. Como afirma Gargallo (2013):

Las mujeres indígenas que se reivindican feministas, por lo tanto, subrayan su acción en el movimiento indígena de su país y/o en el continental, sin negar que es de su interés despertar o fortalecer la conciencia y la acción de las mujeres de su pueblo para la buena vida en colectivo (...) p.217 El Feminismo comunitario nacido con propuesta vivencial, ha ido construyendo su propia epistemología, pues permite tener una conciencia crítica para transformar la realidad, a partir de categorías y conceptos propios, desde el sentido de ser y estar en relación con otras, otros y con el cosmos.(GARGALLO, 2013, p. 207 – 220)

Sem perder a contribuição histórica das várias correntes feministas, podendo incorporar na luta com as especificidades que temos na América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que não existe nada fora da realidade e que esta é formada pelo espaço e tempo, entendemos que nossa pesquisa precisará decompor para conhecer, estudar as partes e a relação que tem uma com a outra, compreendendo o espaço como dimensão da realidade e como dimensão geográfica. Para tanto, buscaremos como ponto de partida a totalidade e a luta do oito de março das mulheres camponesas será nossa fração da realidade, que está contida no espaço e tempo em movimento e com suas multiescalaridades.

Este trabalho é uma relação do tema com as categorias geográficas que estão clareando o caminho da pesquisa científica a ser realizada. Nossa consideração é de que as mulheres camponesas construtoras do Feminismo Camponês e Popular na luta do oito de março tem cumprido um importante papel de enfrentamento as poderosas corporações multinacionais atuante no campo. Estas mulheres tem feito a luta pelo espaço e território livre das mazelas do capital.

REFRÊNCIAS

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares C198f. A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS / --1.ed.—Buenos Aires : **CLACSO**, 2011, 208 p. : fots., graf., mapas. --(CLACSO-CROP)

DOSSIÊ, www.agenciapatriciagalvao.org.br , [Dossiê violência contra as Mulheres. Intituto Patreicia Galvão, 2018.](#)

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais : Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: **OSAL** : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

GARGALLO. C. F. **Feminismo desde Abya yala**: ideias e proposiciones de las mujeres de 607 pueblos em nuestra América.-ciudad Autonoma de Buenos Aires: America Libre, 2013.

GONZALEZ, A. I. A. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: SOF/ Expressão Popular, 2010.

GURVITCH, G. **As Classes Sociais**. Global editora, São Paulo, SP 1982.

LONGO, R. **El Protagonismo de las Mujeres em los Movimientos Sociales**: Inovaciones y desafios. 1ª ed. Buenos Aires: America Libre, 2012.